

Lula: três pontes

» CRISTOVAM BUARQUE
Professor emérito da Universidade de Brasília (UnB)

Lula está na história do Brasil como o líder sindical de origem pobre, que chega à Presidência e se afirma como um dos grandes presidentes da nossa República. Com sua eleição para o terceiro mandato, ele se transforma no maior sucesso eleitoral entre todos os políticos brasileiros, até hoje e por muitas décadas no futuro. Pode ser também o maior de nossos presidentes ao construir três pontes de que o Brasil carece.

A primeira ponte é para recuperar a unidade política e emocional entre os brasileiros e construir coesão nacional. Estamos divididos regionalmente, religiosamente, racialmente e até na preferência musical. Um país dividido em partes que se rechaçam e até se odeiam. Lula tem o desejo, a responsabilidade e a competência de reunificar o Brasil. Seu discurso na hora da vitória foi no sentido de voltar o diálogo, fazer com que famílias e amigos conversem sobre política e futuro sem rancor e sem distanciamento; que católicos e evangélicos se sintam igualmente cristãos e respeitem judeus, muçulmanos, espíritas, umbandistas, budistas e ateus; que nenhum brasileiro deixe de respeitar a outro por causa de seu gênero ou sua orientação sexual, seu partido político ou o líder de sua preferência; todos solidários na brasilidade e no humanismo.

A segunda ponte é social, entre as partes historicamente apartadas, que sempre dividiram o país entre escravos e libertos, índios e europeus, brancos e negros, sobretudo entre pobres e ricos, no sistema de apartheid social, nossa

apartação brasileira. Por suas políticas sociais em favor dos pobres, Lula é chamado de Mandela do Brasil. Ainda mais por ter saído da prisão para ser eleito presidente, sem rancor e com discurso de unidade. Ele é o único brasileiro com condições de ser o condutor da “desapartação”: abolir a segregação social que joga 100 milhões de pessoas na pobreza e aprisiona centenas de milhares em condomínios cercados, deixando outros sem saber de que lado ou em que Brasil viverão seus filhos. Tudo indica que a ponte social virá da escola de qualidade igual para todos.

Nos dois governos anteriores, Lula implantou programas que permitiram aumentar o número de universitários, muitos que antes nem sonhavam com essa chance. Agora, Lula é o único que tem condições de implantar a grande reforma capaz de eliminar o analfabetismo de adultos e garantir que todo brasileiro tenha chance de concluir o ensino médio com qualidade, fazendo um país alfabetizado para a contemporaneidade. Nenhum outro político brasileiro tem liderança para assegurar um sistema escolar com a mesma qualidade, independentemente da renda e do endereço da família: não mais escolas senzala e escolas casa grande. A educação de base deve ser uma questão nacional e federal, de responsabilidade do presidente, independentemente do município da criança. A ponte social deve eliminar todos os déficits sociais, fazendo com que nenhum brasileiro seja condenado a sobreviver abaixo de um piso da pobreza. Além do pilar da educação de base, a

ponte social requer reajuste do salário mínimo acima da inflação, a retomada do crescimento, um grande programa de emprego para aqueles que a economia formal não absorve, a garantia de água e esgoto em todas as moradias, o financiamento para a construção de casas.

A terceira ponte é em direção ao desenvolvimento eficiente, justo, sustentável, para o Brasil ser uma nação rica, protagonista no mundo, conforme nosso tamanho geográfico, demográfico e econômico. Lula tem vocação, legitimidade e competência para trazer coesão no presente e orientar o rumo ao futuro. Definir as bases necessárias para termos uma economia eficiente, graças à previsibilidade e à confiabilidade que ele mesmo cita como os fundamentos da economia. Para isso, certamente repetirá a responsabilidade fiscal que caracterizou seus dois governos, investirá para aproveitarmos a janela de oportunidade que a crise ecológica oferece, e a grande janela de oportunidade que surgirá de uma população educada para os tempos atuais, com produtividade econômica, capacidade de inovação, competitividade internacional e participação social e política, além de criação cultural. Lula pode trazer o entendimento para um novo tipo de desenvolvimento, onde a superação da pobreza, o fortalecimento da democracia e a conservação da natureza, especialmente a Amazônia, sejam vistos como propósitos. Lula tem o preparo para aproveitar a terceira eleição e construir as três pontes de que o Brasil precisa.

Como as decisões nas urnas afetam as políticas públicas sobre o clima?

» BEATRIZ BUSTI
Consultora pleno de Sustentabilidade da Protiviti

A Amazônia, maior floresta do mundo, exibe em seus quase 7 milhões de quilômetros quadrados a maior diversidade biológica do planeta. Os pesquisadores catalogaram mais de 1,5 milhão de espécies, mas ainda não chegaram nem à metade. A região, que impressiona pela sua riqueza natural, é um berço importante de espécies endêmicas e responsável pela regulação do clima global. É a umidade da Amazônia, por exemplo, que proporciona as chuvas que regam as lavouras do Centro-Oeste, que alaga o pantanal e ameniza a poeira da poluição paulista.

Além disso, o maior tesouro escondido da Amazônia é o carbono. A floresta é responsável por armazenar quase 20% do carbono vegetal do planeta, que fica estocado nas camadas orgânicas do bioma, como os tecidos vegetais e solos, por exemplo. Isso é importante porque os vegetais são os responsáveis por sintetizar o gás carbônico em oxigênio, mantendo o equilíbrio na atmosfera.

Desde a revolução industrial e o início da exploração do petróleo, a humanidade tem liberado muito mais gás carbônico do que os vegetais conseguem sintetizar. Nessa linha, os professores e cientistas da Universidade de Exeter, na Inglaterra, publicaram um estudo alertando que, com o avanço do desmatamento da Amazônia, o bioma perdeu a capacidade de regeneração em três quartos de sua extensão, correndo o risco de se tornar savana em apenas algumas décadas. O mesmo estudo apontou ainda que, no ritmo atual de desmatamento e queimadas, a Amazônia perderia sua função de captura de carbono, uma vez que sua capacidade de absorção será menor que as emissões oriundas das queimadas e dos processos naturais de decomposição.

Já um estudo publicado pelo Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia) mostrou que o desmatamento na região Amazônica foi 56,6% maior entre agosto de 2018 e julho de 2021, comparado ao mesmo período entre 2015 e 2018. As áreas de floresta pública, ou seja, aquelas cujo dever de realizar a segurança e a proteção é do governo federal, foram as mais afetadas e, no último ano, concentraram um terço de todo o desmatamento da Amazônia.

Durante a reunião da ONU (Organização das Nações Unidas) realizada em 2012, no Rio de Janeiro, os países designaram uma agenda de objetivos de desenvolvimento sustentáveis até 2030, com o propósito de frear as mudanças climáticas, acabar com a fome e a desigualdade e promover o desenvolvimento econômico e tecnológico mundial de forma sustentável, justo e equivalente. O Brasil tem relevância para que as metas da ONU sejam atingidas e, entre elas, está a contenção do desmatamento e das mudanças climáticas.

As consequências da degradação do meio ambiente os brasileiros conhecem. Nos últimos anos, com as queimadas ocorridas no pantanal e na Amazônia, São Paulo viu o “dia virar noite”, com céus avermelhados, ar difícil de respirar e o tráfego aéreo comprometido. Houve também alteração no regime de chuvas. No sul do país, a falta delas causou perdas de safras e um clima difícil para as culturas mais sensíveis. Já o excesso delas provocou desastres difíceis de esquecer, levando chuvas torrenciais atípicas para Petrópolis, no Rio de Janeiro, e em cidades do Pernambuco, somando mais de 360 mortes e 7 mil desabrigados.

Para a economia, isso significa dizer que as alterações climáticas aparceram como um dos fatores que resultaram no aumento de preços dos produtos no mercado, levando 1,8 milhão a mais de famílias para a extrema pobreza.

A proteção de terras e culturas indígenas, o desenvolvimento de políticas públicas para o incentivo à preservação do meio ambiente, o fortalecimento dos órgãos de proteção, a educação ambiental, os estímulos econômicos para empresas que adotam as boas práticas ambientais e a real punição dos que proporcionam o desmatamento ilegal e as queimadas são as ferramentas, em âmbito público, capazes de garantir a saúde do bioma, fator fundamental para a manutenção do clima da Terra.

No âmbito privado também é possível fazer a diferença na questão ambiental. É de grande relevância que os brasileiros impulsionem a indústria para fornecer produtos mais sustentáveis e com selos de desmatamento zero, praticando o consumo consciente, isto é, levando em consideração não só o desejo da compra em si, como também o processo produtivo, seu caminho até as prateleiras e o descarte dos resíduos depois do uso.

Cientistas no mundo todo têm alertado sobre os perigos de um mundo mais quente. Ao fim desta década teremos o diagnóstico sobre o quanto conseguimos avançar nos esforços de controle do aumento de temperaturas. Dados e estudos têm mostrado que a ciência tem tudo a ver com as políticas públicas e é indispensável para navegar no mundo da crise climática. Por isso, o vencedor das eleições em 2022 terá também um grande desafio, afinal, serão eles, nossos representantes no Legislativo e no Executivo, os responsáveis pela elaboração das políticas públicas e do fortalecimento de controles que definirão nosso futuro socioambiental.



É urgente reconstruir as pontes com a sociedade do conhecimento

» HELENA B. NADER
Presidente da Academia Brasileira de Ciências e professora titular da Unifesp

Nas duas últimas décadas, o mundo foi deixando para trás os resquícios da sociedade industrial do século 20 e entrou em nova era: a da sociedade do conhecimento. Nesse processo que vem revolucionando a maneira com a qual nos relacionamos com o saber, os países focam no desenvolvimento de suas capacidades para criar conhecimento científico e tecnológico, tendo por objetivo maior a melhoria da condição humana. Educação e ciência surgem, assim, como pilares de sustentação para uma vida digna no século 21.

O Brasil, no entanto, caminha para terminar este quarto de século mais distante da sociedade do conhecimento do que estava em 2000. Os próximos anos precisarão ser de reconstrução dessas bases para, a partir delas, firmar as pontes que nos levarão mais para perto do que já acontece nos países desenvolvidos.

O relatório *O Estado da Educação Global* (The State of Global Education), publicado em setembro de 2021 por Unesco, Banco Mundial e OCDE, apontou que 28 dos 38 membros da OCDE (75%) aumentaram o orçamento da educação nos primeiros 18 meses de pandemia, em resposta aos impactos da covid-19. Considerando-se apenas o ensino superior, 24 países haviam reportado um aumento de recursos para as universidades em relação ao ano anterior em 2020. No ano seguinte, já

eram 30 (81%) os que expandiram as verbas para o ensino terciário.

O Brasil tomou o caminho inverso. Levantamento do Centro de Estudos Sociedade, Universidade e Ciência (Sou Ciência), da Unifesp, divulgado recentemente, mostra que o investimento nas universidades federais caiu 50% entre 2019 e esses últimos meses de 2022: de R\$ 193 milhões para R\$ 97 milhões. O quadro é ainda mais sombrio quando se observa que os recursos para custeio e assistência estudantil encolheram 45% no mesmo período. Não à toa, movimentos estudantis, sociais e sindicais convocaram, no último dia 18, mobilização nacional: quase não dá para pagar água e luz das instituições federais de ensino superior.

O tratamento dispensado às universidades públicas é incompatível com a sua importância para o setor de pesquisa e desenvolvimento no país. Se não fosse a ação primordial dessas instituições nos meses mais duros da pandemia, não teríamos tido respostas rápidas à crise, como a criação de respiradores, a realização de ensaios clínicos e o desenvolvimento de vacinas. A atuação competente foi reconhecida pela sociedade brasileira, que considera os cientistas de universidades e de institutos públicos “os profissionais mais confiáveis do país”, como apontam diferentes pesquisas de opinião realizadas ao longo deste ano. Imagino o grau de inovação

que seríamos capazes de atingir se não fossem os seguidos contingenciamentos de recursos e os desvios de finalidade de mecanismos tão essenciais à continuidade da ciência, como o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

Para alcançar algum protagonismo na era do conhecimento, da big data e da disseminação da informação, o Brasil precisa urgentemente se comprometer com estratégias compatíveis. Nos próximos anos, a inteligência artificial e as novas tecnologias vão continuar revolucionando o mercado de trabalho. A qualificação da nossa juventude é uma necessidade urgente, se quisermos evitar que essa transformação profissional crie ainda mais desigualdades do que já temos. A hora de investir simultaneamente em todos os níveis educacionais, da creche à universidade, é agora.

A Academia Brasileira de Ciências já deixou isso claro no documento que enviou aos candidatos à Presidência antes da campanha eleitoral. Uma política de Estado digna desse nome é o que pedimos para a ciência, tecnologia, inovação e para a educação, que é a base dos três primeiros. Precisamos aproveitar este final de primeiro quarto de século 21 para nos reconstruirmos. Não podemos perder mais quatro anos. Simplesmente não temos tempo. A sociedade do conhecimento não vai nos esperar.